



SESSÃO DE		13 / 09 / 2018
FAVOR		16
VOTAÇÃO CONTRA		0
ABSTENÇÃO		3
O Presidente		

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

ATA Nº 5/2018

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, levou-se a efeito no salão paroquial da Paróquia de N. Sra. da Fé do Monte Abraão, sita na Av. Luís de Camões, em Monte Abraão, pelas 21 horas e 15 minutos, a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Lourenço Marques. A Assembleia foi secretariada pela Sra. Vogal Ana Paula Carvalho, indicada para 1ª Secretária pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, devido à ausência do 1º Secretário, João Paulo Henriques, e pela Sra. Sandra Raquel Viegas (2ª Secretária).-----

O Executivo da União das Freguesias de Massamá e de Monte Abraão fez-se representar pelo Sr. Presidente, Pedro Oliveira Brás, em presença de todos os restantes membros desse órgão. -

A sessão decorreu com a seguinte Ordem de Trabalhos (de acordo com a convocatória):-----

1. **Informações;** -----
2. **Apreciação e votação da Ata de Assembleia de Freguesia, Edital nº 4, realizada a 20 de julho de 2018;** -----
3. **Apreciação e votação da Adenda ao Regulamento e Tabela de Taxas para 2018, da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão;** -----
4. **Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz, para a realização do projeto, no âmbito da IV Edição do Orçamento Participativo;** -----
5. **Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, os agrupamentos de escolas da Freguesia e a Associação Nutrifun, para a realização do projeto “Nutrifun For Kids- Saúde no Bairro”, no âmbito da IV Edição do Orçamento Participativo;** -----
6. **Apreciação e ratificação da adenda ao Contrato de Objetivos celebrado entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional, GIP;** -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

7. **Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Associação In Loco, no âmbito da Rede de Autarquias Participativas (RAP);** -----
8. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente acerca da Atividades e Situação Financeira da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão relativa ao 3º Trimestre de 2018.** -----

O Sr. Presidente da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu os trabalhos dando as boas vindas a todos os membros do Executivo, da Assembleia, ao Estimado Público e a todos colaboradores da Junta. Informou a assembleia que o 1º Secretário (João Paulo Henriques) não estaria presente, tendo apresentado justificação para a sua ausência. Recordou que o Regimento previa que o Presidente de Mesa indicasse um substituto pelo que passou a nomear a Vogal Ana Paula Carvalho como 1ª Secretária, uma vez que esta já tinha desempenhado essa função de forma exemplar no mandato anterior. -----

De seguida, lembrou que, sendo esta uma Assembleia Ordinária, haveria lugar ao «Período de ANTES DA ORDEM DO DIA», durante o qual os fregueses poderiam fazer uso da palavra procedendo previamente à devida inscrição junto da Sr. Secretária Sandra Viegas. Mais informou que cada freguês tinha cinco minutos para proceder à sua exposição (conforme o disposto no Regimento). -----

Para constituir quórum, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) procedeu aos pedidos de substituição apresentados:-----

Bancada do PS – Os Vogais João Henriques, José Augusto Rocha de Melo e Sérgio Miguel Rodrigues e Sara Godinho foram substituídos pelos Vogais Manuel Salvador Nogueira, David Jorge Pereira da Silva, Helena Marques e Carlos Manuel Santos Nogueira; -----

Bancada do PSD – O Vogal Rui Alexandre Guedes Coelho foi substituído pela Vogal Maria Manuela Umbelina Afonso Vilela; -----

Bancada da CDU – A Vogal Maria João Antunes foi substituída pelo Vogal Luís Miguel Coelho. -----

Bancada do BE – A Vogal Rosa Maria Soares Pereira foi substituída pelo Vogal Jorge Manuel Martins Monteiro; -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

4

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Bancada do CDS – O Vogal Luís Manuel Ferreira Fernandes foi substituído pela Vogal Catarina Mendes Soares. -----

Pelo que, após a constituição da Assembleia, conforme indica a folha de presenças desta Sessão, tinha-se estabelecido o quórum com 21 Vogais, os quais, por ser verdade, a dataram e assinaram:-----

pela Bancada do Partido Socialista (PS): Manuel Lourenço Marques, Sandra Viegas, Antonieta Rosa Gomes, Carlos Manuel Nogueira, Arnaldo Costa; Ana Paula Carvalho, José Fernandes, Maria Adelaide de Sousa, David Jorge Silva, Manuel Salvador Reis e Helena Marques; -----

pela Bancada do Partido Popular CDS/PP: Catarina Mendes Soares; -----

Vogais Independentes: Maria de Fátima Vieira Cristelo de Campos e Carlos Miguel de Oliveira Saldanha e José Barandas Salgado;-----

pela Bancada do Partido Social Democrata (PSD): João Cruz Paixão e Maria Manuela Vilela; --

pela Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): José António Coelho e Luís Miguel Coelho; -----

pela Bancada do Bloco de Esquerda: José Alberto Barroso Dias e Jorge Manuel Monteiro.-----

No início da sessão encontravam-se presente 21 Vogais que compõem a assembleia. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu os trabalhos com a Intervenção do Público dando a palavra ao freguês Joaquim Heleno, recordando que cada cidadão teria cinco (5) minutos para intervir de acordo com o Regimentado. -----

Tomou a palavra o Sr. Joaquim Heleno, que começou por apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes. Saliu que tinha vindo levantar três questões que para si eram de extrema relevância: zonas verdes, policiamento e iluminação. -----

Referiu que morava no Monte Abraão há cerca de 45 anos, na Rua Eng.º Francisco Lencastre Garrett. Recordou que, esta rua, a qual estava programada para ser uma rua normal de bairro, após a ligação do IC36 com o IC19, se tinha transformado num autêntico IC. Afirmou que pelas 2h/3h da manhã, o barulho produzido nas lombas da rua extremamente incomodativo; lembrando que existia uma fileira de 5/6 árvores entre a rua supracitada e os três blocos que, curiosamente tinham lá

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

passado uns senhores da Câmara há 15 anos e a tinham cortado. Explicou que a linha de proteção contra gases e ruído tinha sido simplesmente eliminada a pretexto de que as árvores estavam doentes. Salientou que passados 15 anos os troncos mantinham-se lá incólumes, sem fungos ou podridão, realçando que tal era sinal de que não estariam doentes e teriam sido abatidas simplesmente a mando de alguém que tinha interesse nesse corte. Contou então que existia um pinheiro-manso na rua com um diâmetro de 40 cm que havia poucas semanas apareceu rodeado com fitas de marcação (tinha sofrido uma intervenção havia poucos dias pois tinha uma braçada partida). Referiu que, intrigado, perguntou o porquê ao senhor que estava a colocar a fita; acrescentando que o funcionário lhe disse que já havia dito ao seu chefe que a árvore embora tivesse tido um ramo partido estava saudável e equilibrada. Contou ainda que no dia seguinte, os funcionários da Câmara (salientando que para isso tinham sido muito lesto) cortaram o pinheiro-manso logo pela manhã (9h). Realçou que uma vez que estava equilibrado nem podado necessitava de ser e que a braçada que se havia partido já tinha sido podada. Defendeu ainda que, sendo uma zona com muito trânsito, necessitava de zonas verdes que absorvessem o anidrido carbónico e o ruído. Salientou considerar que se tratava de um atentado contra os residentes e contribuintes pois pagavam-se impostos para plantar árvores e continuava-se a pagar impostos e taxas para alguém detrás de uma secretária mandar cortar árvores mantidas penosamente pelos moradores que delas cuidaram e regaram durante dezenas de anos. Chamou à atenção para a necessidade de arborização daquela zona nomeadamente devido ao fluxo de trânsito contínuo. -----

Relativamente ao policiamento, disse que havia dias uma senhora tinha sido assaltada em plena luz do dia no *hall* do seu prédio. Referiu que se passavam dias em que não se via um único polícia na zona, nem carro algum, e, em contrapartida, viam-se sempre dois senhores muito pontuais junto aos supermercados. Realçou que para isso a polícia já tinha tempo e pessoal para os manter ali 10 horas por dia. Chamou à atenção do executivo para a necessidade de se fazer sentir ao Comandante da Polícia para a necessidade de policiamento das ruas, pois a presença física tinha um efeito dissuasor como todos sabiam. Realçou que a passagem de carros descaracterizados não era tão eficaz quanto o andar a pé a horas desencontradas e em sítios diferentes. -----

Concluiu, realçando considerar que um aspeto positivo da freguesia era relação entre zonas verdes e construção (a qual ao nível da Grande Lisboa era efetivamente um luxo), e outro era a iluminação. Informou então que na Travessa Francisco Santos havia um candeeiro que estava sem

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

globo e com a parte terminal partida há mais de dois anos. Saliu que já havia informado a Junta de várias formas e que lhe fora dito que o problema tinha sido comunicado à EDP; acrescentando pensar que a EDP tinha com certeza dinheiro para deslocar lá uma carrinha e proceder à reparação.

Em resposta, tomou a palavra o Sr. Presidente da UFMMA (Pedro Oliveira Brás). Começou por apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

Agradeceu ao Sr. Joaquim Heleno a sua participação e referiu que a Junta também já tinha registado desde o dia 24 agosto (data em que o freguês tinha apresentado estas matérias) e que as tinha transmitido às entidades competentes. -----

Relativamente às árvores, salientou que estas eram muito importantes e que esta era a freguesia com mais área ajardinada delegada na Junta pelo que ia plantado algumas árvores para também prestar um contributo nesse sentido. Referiu então que o corte e abate de árvores era da responsabilidade do município e que tinha sido enviado um *e-mail* à CMS para tentar perceber o porquê do abate do pinheiro-manso e que a resposta obtida foi a de que este estaria doente. Referiu é que a verdade era que tinha sido cortada e que o esperado seria ocorrer a sua substituição. -----

Relativamente ao policiamento, afirmou que a PSP no Concelho de Sintra tinha alguma falta de meios para patrulhar as freguesias e as ruas; salientando que na freguesia havia duas esquadras, mas já tinha acontecido virem elementos de outras esquadras para colaborarem na questão do patrulhamento. Referiu que, em 2016, o próprio município quis dar carros à PSP e à GNR, mas que na altura, a ministra Constança Urbano de Sousa, não andou com o processo para a frente. Acrescentou ainda que a informação que tinha era de que esse protocolo tinha sido repescado e se estava ainda a trabalhar no sentido de reforçar as forças policiais para promoção do patrulhamento; concluindo que Monte Abraão face aos registos de ocorrências existentes era uma das zonas escolhidas para fomentar o Contrato Local de Segurança (Contrato que envolve parceiros da comunidade e forças policiais no sentido de diminuir a criminalidade, nomeadamente a delinquência juvenil), o qual prevê numa primeira fase a existência de vigilância nas ruas, a requalificação do espaço público, o policiamento e o patrulhamento nessas áreas de risco consideradas mais prioritárias. Referiu esperar que o contrato fosse assinado até ao final do ano para se gerar mais rapidamente o sentimento de segurança na nossa comunidade. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente à iluminação pública, referiu que já tinha sido enviada a ocorrência à EDP mas que seria agora enviada também para a Iluminação Pública da CMS pois esta também tinha contatos diretos com a empresa. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) abriu o Período de «ANTES DA ORDEM DO DIA» dando a conhecer a correspondência mais importante recebida/emitida pela Mesa como regimentado. Informou que fora recebida uma resposta relativa ao Pedido de Parecer à ANAFRE feito pela UFMMA relativamente à substituição dos Vogais Independentes e Bancadas Independentes. Referiu ainda que tinha sido pedido um parecer à CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), o qual tinha sido recebido muito recentemente (na presente semana). -----

Concluiu informando que a resposta era de que os Vogais funcionavam como independentes quando presentes (em nome individual), no caso de substituição, os Vogais seriam substituídos pela pessoa que vem imediatamente a seguir na lista eleitoral. Referiu que os pareceres eram idênticos que este último tinha muitos considerados mas que estas eram as conclusões. -----

Terminou, afirmando que a dada altura, essa não fora essa a sua opinião, pelo que assumia a sua *mea culpa*. Concluiu, reiterando que, sendo os pareceres vinculativos, assim se passaria a proceder de acordo com a legislação. Tendo o Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha solicitado cópia dos pareceres, o Sr. Presidente disse que os serviços de apoio autárquico os enviariam via *e-mail* para as várias bancadas. -----

Prosseguiu, informando que relativamente à solicitação do Vogal José Coelho, tinha feito um pedido um esclarecimento à DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) relativo à Lei 50/2018 sobre a Delegação de Competências para as autarquias locais. Comunicou a receção da resposta e informou que a DGAL disse não estar nada legislado e que teria de ser o órgão deliberativo autárquico a tomar posição, sendo que este seria solicitado a seu tempo. Salientou que AF não estava em falha por ainda não ter tomado uma decisão, realçando que, pelo que sabia, nem a CMS o tinha feito. -----

Informou ainda que tinha recebido um *e-mail* da Concelhia do PSD de Sintra a solicitar que sempre que houvessem convocatórias de assembleias ordinárias e extraordinárias lhes fosse dado



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

conhecimento, pelo que os senhores vogais iriam receber as convocatórias com conhecimento da Concelhia do PSD, sendo que os vogais a ser convocados seriam sempre os eleitos. -----

Deu ainda a saber que a AF tinha recebido dois convites: -----

- Encontro de Culturas Poéticas na cena da Lusofonia para dia nove de outubro às dezanove horas no Teatrosfera pela Tretuliana em que já estavam asseguradas várias presenças de vários poetas de diversos países de expressão portuguesa; e -----

- Sociedade Filarmónica de Nossa Senhora da Fé do Monte Abraão, dia 14.10.2018, a partir das 15h no Salão Paroquial, com a Banda de Carcavelos como convidada. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás) para como solicitado prestar uma informação. -----

O Sr. Presidente comunicou que, em seguimento ao apresentado na última assembleia (na qual tinha dado nota do recurso que a UFMMA teria de apresentar relativamente à sentença a que tinha sido condenada), o referido recurso tinha já dado entrada no Tribunal da Relação, tendo sido apresentado em tempo útil, no início de setembro, pelo que ficaria a aguardar que decorressem os prazos legais. Concluiu, afirmando que assim que houvesse mais informação esta seria apresentada à AF. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, informou que tinha chegado à Mesa havia pouco (às 18h10m do próprio dia) um documento da CDU (Vogal José Coelho) relativa a Deliberação sobre Delegação de Competências. Relembrando que o Regimento estava em aplicação, referiu haver um artigo no mesmo que dizia que todas as propostas, moções e etc., deviam ser enviadas com 48 horas de antecedência e excepcionalmente poderiam ser discutidas outras situações desde que entregues antes da sessão. Defendeu que nesta situação se deveria começar a aplicar o Regimento pois fora para isso que este tinha sido feito. Colocou então à apreciação da assembleia a admissibilidade da Deliberação sobre Transferência de Competências apresentada pela Bancada da CDU, informando que tinham sido tiradas cópias mas que ainda não tinham sido distribuídas porque na sua opinião não estavam dentro do Quadro Regimental. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Tomou a palavra o Vogal José Coelho da Bancada da CDU. Após apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes, explicou que o pedido tinha sido de facto entregue em cima da hora porque a sua bancada achava extremamente importante que o assunto fosse discutido. Recordou que tinha solicitado ao Sr. Presidente da AF que se efetuasse uma reunião onde se debatesse o tema da descentralização administrativa antes do dia quinze porque o que estava em vigor não era o que dizia a DGAL mas sim o decreto e neste estava definido o prazo para dia quinze. Solicitou que o parecer da DGAL fosse enviado aos membros da AF, pois o que os ministros e os secretários de estado pudessem dizer não se impunha à legislação. Acrescentou que um não cumprimento do prazo legal pressupunha depois a anuência; salientando que o assunto era extremamente importante. -----

Realçou que a própria CMS já tinha tomado posição e que o Executivo Municipal tinha rejeitado essa descentralização porque não se sabia o que iria ser. Defendeu que, aquilo a que se vinha a assistir com as descentralizações, de um modo geral, era a uma redução de verbas por parte da administração central para as áreas de intervenção da sua responsabilidade, pois tratavam-se (por ex.: de direitos constitucionais – educação, saúde, assistência social, etc.), ficando as autarquias em situação de não poder dar resposta. -----

Concluiu, afirmando que era importante que o assunto fosse debatido e que as pessoas fossem alertadas para o facto e, assim não se chegar a uma situação de factos consumados; realçando que como não se tinha feito uma assembleia, a sua bancada trazia o tema para uma primeira abordagem porque só por si implicava outras questões. Defendeu ainda que era um pouco contraditório falar-se de descentralização quando aquilo que tinha sido feito anteriormente tinha sido a centralização, com a abolição de uma série de autarquias, nomeadamente a junção das duas autarquias UFMMA, a qual ficou com uma dimensão quase ingovernável, perguntando quantas cidades neste país teriam mais de 50 mil habitantes, o que era o caso. -----

Para concluir, defendeu que, antes de falar, dever-se-ia ver o que fora feito ao nível do poder local interventivo e proceder de acordo com as vontades dos habitantes (saber se pretendem ou não estas fusões que foram feitas sem ouvir ninguém); reiterando que tudo isto eram assuntos implicados nesta sequência, pelo que punham o tema à consideração da Assembleia. Recordou que o Regimento dizia de facto que deviam ser apresentados com antecedência mas não dizia que não

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

podiam ser apresentados outros temas, recordando que a própria assembleia era soberana. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, agradeceu a intervenção do Vogal da Bancada da CDU e disse ter sido nessa medida que tinha lançado a admissibilidade da discussão proposta pelo Vogal à assembleia. -----

Tomou a palavra a Vogal Antonieta Gomes da Bancada do PS. Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Recordou que a AF tinha adotado o Regimento para plasmar o procedimento da mesma e que os documentos aprovados pela própria assembleia deveriam ser respeitados. Disse então pensar que, relativamente à admissibilidade, o nº 3 do art.º 36 era claro: todas as propostas, moções e requerimentos, deviam ser apresentados com 48 horas de antecedência. Defendeu que tal se devia a um motivo muito simples e razoável: os vogais precisavam de tempo para ler os documentos e tomar uma posição. Recordou que as bancadas não tinham tido conhecimento prévio e os vogais não tinham tido acesso ao documento, pelo que afirmou que, além de ser extemporânea, a apresentação do tema pois não tinha obedecido ao prazo das 48 horas, era impraticável a discussão de um documento desconhecido pelos demais. Reiterou que a sua bancada tinha uma posição clara: a não admissão à discussão desses documentos. -----

Tomou a palavra o Vogal José Dias da Bancada do BE. Começou por apresentar os seus cumprimentos aos presentes. Disse então que a Bancada do BE, dada a importância do documento que a CDU propunha apresentar, estava disposta a ultrapassar a questão do ponto 3, já que o nº 4 do art.º 36 do Regimento previa que fossem excecionalmente discutidas propostas apresentadas antes da realização da AF, pelo que admitiria a proposta a discussão. -----

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha. Começou por dizer que achava interessante estar-se nesse momento a invocar o Regimento quando já tinham sido aceites várias Moções apresentadas no próprio dia, o que fazia jurisprudência. Defendeu que se havia uma Moção esta deveria ser aceite tal como o já tinham sido outras noutras sessões da AF. Referindo que também não tendo conhecimento do documento, assim mesmo, defendia que fosse admitido. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, esclareceu que o nº3 tinha sido colocado pela primeira vez no Regimento da AF da UFMMA neste mandato, pelo que tinha posto à consideração dos senhores vogais a admissibilidade da discussão.-----

O Sr. Vogal Independente Carlos Saldanha recordou que já com o atual Regimento tinham sido aceites moções apresentadas no próprio dia, no momento da assembleia. -----

Tomou a palavra o Vogal José Coelho da Bancada da CDU que afirmou que então o parecer da DGAL vinha no sentido do incumprimento da lei. Realçou que, tal como a sua bancada já havia solicitado, se a assembleia ali reunida não aceitasse fazer uma primeira abordagem, então o Sr. Presidente da Mesa da AF deveria agendar uma sessão extraordinária (como combinado) para discutir o tema. Salientou que a deliberação entregue poderia já ficar para ser discutida na próxima AF e assim os membros da assembleia poderiam ter acesso prévio à documentação. -----

Tomou a palavra a Vogal Antonieta Gomes da Bancada do PS, que disse que, relativamente à questão do tempo, depois da aprovação do Regimento em vigor tinha ocorrido uma assembleia extraordinária, nas quais não se discutiam moções, propostas e etc., acrescentando que esta era a primeira sessão ordinária. Defendeu então que todo o documento aprovado era para ser aplicado e se a AF quisesse que o procedimento (o qual tinha vindo a ser como o Vogal Carlos Saldanha referiu) não teria aprovado o nº3. Afirmou que a vontade do legislador estava clara e portanto se queria efetivamente a rutura com esse procedimento e por essa razão tinha sido aprovado por maioria: a apresentação dos documentos com um prazo de 48 horas, independentemente da importância. Salientou que, até por ser um documento importante, os vogais necessitavam de ler e tomar uma posição. Reiterou a posição da bancada do PS. -----

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha que disse já ter percebido que o rigor dos regulamentos, do Regimento e da lei só se aplicava quando interessava ao PS. -----

Tomou a palavra o Vogal José Dias da Bancada do BE que disse achar que se estava numa discussão um bocado estéril, salientando que o nº 3 dizia exatamente o que a Vogal Antonieta Gomes tinha expressado, mas que o nº 4 dizia que excepcionalmente a AF poderia aceitar. Afirmou

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

então que era muito simples ou se punha a votação ou não; afirmando que era escusado perder-se tempo. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, colocou a votação a admissibilidade da deliberação apresentada pela Bancada da CDU. Passou-se à VOTAÇÃO: ---
11 Votos a CONTRA: (PS); -----
10 Votos a FAVOR: (PSD, CDS, Vogais Independentes, CDU, BE); -----
pelo que a proposta de discussão não foi aceite. -----
-----**

O Sr. Presidente da Mesa da AF deu a palavra ao Vogal João Paixão da Bancada do PSD que iniciou a sua intervenção apresentando os seus cumprimentos protocolares a todos os presentes. Começou por afirmar que gostaria de colocar cinco pontos já abordados superficialmente pois estes não tinham sido colocados em ata. Passou a referir: -----

– a Rotunda do Chafariz em Massamá; salientando que o objetivo principal da criação desta rotunda tinha sido o de aumentar a fluidez do trânsito e o de reduzir o tempo de acesso e passagem para ambos os lados, mas quem vinha da Rua Natália Correia no sentido moradias/rotunda e ia para a Rua das Orquídeas (Escola Primária nº1) teria de dar uma grande volta até à rotunda de Massamá/Monte Abraão e voltar para trás, dado que este desvio não dava acesso direto, o que, na sua opinião, causava grande transtorno aos residentes e população em geral. Solicitou então ao executivo atenção para esta situação;-----

– o alargamento da Rua Tristão da Cunha em Monte Abraão; salientando que esta rua não tinha uma largura necessária para se cruzarem duas viaturas em sentido ascendente, defendeu que a solução passava por melhor a segurança do trânsito propondo o alargamento ou a sua passagem para sentido único; -----

– os terrenos em Monte Abraão atrás dos antigos Móveis Gabriel atual shopping China; salientando que estes necessitavam de uma intervenção de fundo entre a Rua António Nobre e a Av. Afonso Costa. Perguntou para quando estava prevista essa intervenção englobando arruamento, calçadas, iluminação pública, zonas verdes degradadas e criação de estacionamento (o qual constituía um grande problema nessa zona);

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

– os terrenos nas traseiras da Junta. Perguntou o que estava projetado para o terreno adjacente à Rua Ribeiro Sanches e a Av. Afonso Costa e propôs a criação de um parque urbano com equipamentos desportivos, e por ex. com a instalação de uma rampa de *skate* como a de Massamá Norte, visto que em Monte Abraão não existia nenhuma. Referiu que de uma forma geral o terreno se encontra limpo mas que existiam lá umas hortas abandonadas e barracas que deveriam ser demolidas; -----

– o Beco Eugénio de Castro, nas proximidades da igreja; salientando que existiam lá duas fontes em que a água escorria pelas paredes, não tendo canalização para recuperação e aproveitamento da mesma. Salientou que não desviando a água do pavimento, criavam-se poças e os pombos, ao irem lá beber acabavam por morrer lá, e todos os dias alguém tinha de as retirar de lá. Solicitou que os muros fossem pintados e que fossem feitas novas bicas com um depósito para recuperação da água. Recordou que tinha sido solicitada a reparação de um candeeiro nesse Beco e que a mesma tinha sido feita. -----

Tomou a palavra o Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU que iniciou a sua intervenção apresentando os seus cumprimentos a todos os presentes. Começou por questionar o executivo relativamente ao estacionamento pago no silo da Estação de Massamá, perguntando qual tinha sido a recetividade e se o Sr. Presidente já tinha recebido alguma notificação da Câmara sobre passar a ser pago e quando era que a CMS iria retirar de lá o cartaz a dizer que o estacionamento continuava a ser gratuito. Comentou o fato do Sr. Heleno se ter queixado de que não haver polícias na freguesia, mas que, no entanto, no dia da inauguração a PSP e naquela semana, esteve presente para autuar os condutores mal estacionados em redor da estação; salientando que aí não faltaram. -----

Relativamente ao processo «Servinova», e esclarecida que foi a interposição de recurso por parte do Sr. Presidente, perguntou se havia alguma ideia sobre datas, quando haveria uma resposta relativamente à admissão e ao provimento do recurso, para se perceber o calendário com que a UFMMA se defrontava. -----

Relativamente ao parecer da ANAFRE e da CCDR, defendeu que obviamente deveria ser dado conhecimento a todos os vogais da AF. No que se referia ao abate de árvores de que o Sr. Joaquim Heleno deu nota, perguntou se a CMS, responsável pelo abate, tinha comunicado à JF a sua intenção, na medida em que não havendo comunicação com as pessoas, o que resultava nesse

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

processo era uma desconfiança da população relativamente às instituições públicas e na capacidade de fazer essas intervenções. -----

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha que solicitou ao executivo um ponto de situação relativamente à recolha de resíduos urbanos sólidos. Afirmou que se vinha a assistir a algo que não era muito agradável. Solicitou ainda informação sobre o Concurso Público dos Espaços Verdes. -----

Tomou a palavra o Vogal Independente Maria de Fátima Campos. Começou por apresentar os seus cumprimentos aos presentes. Referiu que na noite anterior tinha encontrado um morador do Bairro 1º de Maio, tetraplégico, que se lamentou com a falta de rebaixamento dos lancis nas passadeiras; explicando que fazia os seus trajeto sempre pelas faixas rodoviárias pois não conseguia subir aos passeios; tendo ainda referido que já tinha apresentado pedidos à JF e à CMS e que lhe fora dito que só rebatiam os lancis nas novas passadeiras. A Vogal disse que a resposta não refletia a verdade e alertou o Executivo para a resolução deste problema. -----

-O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás). -----

Relativamente às questões levantadas começou por agradecer a todos aqueles que as colocaram. Em resposta ao Vogal João Paixão, no que se referia à Rotunda do Chafariz, recordou que o que existia era um conflito de cerca de 5/6 vias que entroncavam todas no mesmo espaço, pelo que a criação da rotunda visava a sua resolução. Salientou que o trânsito passou a fluir muito bem. Relativamente à Rua Natália Correia, referiu que as pessoas não necessitavam de ir à Rotunda da Paz para voltar para trás, porque seguindo pela Rua dos Bem-Casados, ficando de frente para a Canhola ficariam na Rua Direita, um trajeto muito menor. Defendeu que tecnicamente não era possível ter a Rotunda a entroncar com aquele ponto, pois manter-se-ia um ponto de conflito. -----

No que se referia à Rua Tristão da Cunha, disse que a JF já tinha proposto à CMS a sua avaliação, sendo que o sentido do Executivo não era o de alargar pois não havia espaço para alargar e havia necessidade de manter os passeios pelo que o sentido único parecia ser a alternativa segura para todos. Informou que a CMS estava a desenvolver um estudo sobre mobilidade de trânsito na



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

zona alta de Monte Abraão porque existiam ali não só problemas de falta de estacionamento como também de conflitos de circulação automóvel; acrescentando que ainda terá de ser apresentado ao vereador com o pelouro respetivo para que se possa depois discutir com maior pormenor. -----

Sobre os terrenos citados pelo Vogal, informou que estava a ser feito era um projeto de execução (irá a concurso público) que envolvia as três parcelas referidas de terreno (a maior que limita a Afonso Costa com a Ribeiro Sanches, um terreno municipal e uma que tinha um contrato de cedência com a JOMA). Referiu que esse projeto consistia na execução de um parque urbano na parcela maior, a criação de um parque de estacionamento na parte superior mais plana da Rua Afonso Costa, e na Ribeiro Sanches iria ocorrer um trabalho de sustentação de terras e a criação de uma zona de estadia, respeitando a flora autóctone e permitindo aos fregueses dela usufruir. Salientou que era expectável que em 2019 fosse lançado o concurso público, pois já tinha sido levantado o projeto de execução, e realizado o estudo topográfico. -----

Relativamente ao Beco Eugénio de Castro, revelou a sua concordância com o Vogal. Referiu que já tinha tido oportunidade de, informalmente transmitir à CMS que seria bom aproveitar aquela água. Agradeceu ao Vogal a sua intervenção e comprometeu-se em passar a formalizar e colocar na agenda de trabalho. -----

Em resposta ao Vogal Luís Coelho, relativamente ao parque de estacionamento, referiu que este ainda era gratuito; salientando que a JF não tinha qualquer informação por parte da CMS e da empresa de estacionamento de que ele iria passar a ser pago. Referiu que, no entender do executivo, a obra também ainda não estava concluída na parte em frente à escola, pois ainda lá estavam dois contentores, e ainda faltava fazer a bolsa de estacionamento. -----

No que concernia ao processo «Servinova», explicou que tinha sido apresentado o recurso da decisão e tinha sido feito o pedido de efeito suspensivo da sentença, em que a JF tinha de dar como garantia os espaços das lojas onde funcionam os serviços da JF em Monte Abraão; acrescentando que tal tinha sido levado a cabo no princípio de setembro e que em termos de prazos no Tribunal da Relação era sempre muito difícil de prever. Comunicou saber que a Servinova também tinha apresentado recurso da decisão. Reiterou que o que o Executivo achava mais premente era que o tribunal aceitasse pedido de efeito suspensivo para evitar que houvesse de imediato lugar ao pagamento da sentença, os 120 mil euros mais juros de mora e valor mensal de 1800€ por ocupação do espaço. Concluindo que sobre a ação em si não conseguia avançar com prazos. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

No que dizia respeito à forma como a CMS intervém na questão dos abates de árvores, disse que a JF não tinha acesso ao planeamento de trabalho da câmara e o que muitas vezes acontecia era ter conhecimento das intervenções quando se estava a passar por elas, circulando na freguesia; acrescentando que apenas lhe era dada informação sobre as questões mais complexas ou em resposta a pedidos de intervenção feitos pela JF. -----

Em resposta ao Vogal Carlos Saldanha, relativamente à questão do “Lixo”, disse que esta era uma questão muito pertinente que preocupava o Executivo e que devia preocupar todos. Recordou que com a extinção da HPM, por razões legais e por decisão da CMS, a recolha de resíduos sólidos (RSU) tinha passado a ser da responsabilidade do SMAS, o qual até dezembro de 2017 tinha mantido o contrato com a Suma para a recolha dos nas áreas urbanas; fazendo apenas a recolha em áreas rurais. Salientou que tal tinha resultado num aumento significativo de trabalho (+50%), o que desde então vinha a criar alguns constrangimentos. Afirmou ainda que se tinha verificado igualmente um aumento do lixo produzido; salientando que, de acordo com a TratoLixo, de janeiro de 2018 a agosto de 2108, foram produzidos no Concelho de Sintra mais 5 mil toneladas do que em período homólogo. -----

Informou que o município já tinha apresentado um conjunto de medidas, pelo que brevemente seria solicitada uma assembleia extraordinária para tratar de uma delas, realçando que o que estava a ser pensado como medidas e investimentos era a celebração de um contrato de aluguer operacional de 40 viaturas ao serviço dos SMAS, umas para substituir as existentes, outras para reforçar circuitos. Mais salientou que já tinha sido adjudicado e que seriam entregues em dezembro ou janeiro, pois estavam em fase de produção. Informou ainda que estava a ser desenvolvido um estudo que visava nova contentorização, no sentido de apostar em contentorizada e semi-contentorizada, para facilitar o processo de recolha; explicando que as viaturas de recolha lateral só faziam esse serviço e as de recolha traseira com grua também podiam também fazer a recolha dos moloques e das ilhas, e assim otimizar os serviços. -----

Deu nota de que também estava prevista a construção de quatro ecocentros no concelho, dois em 2019 e outros dois nos anos seguintes, em D. Maria, Algueirão Martins, Massamá-Norte e em Janes. Explicou que a ideia era que as pessoas pudessem também entregar o seu lixo seletivo. Disse ainda que no dia anterior, em reunião de câmara, tinham sido aprovados os protocolos de colaboração com as Juntas de Freguesia no sentido de as juntas terem também um papel



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

interventivo na limpeza pública; explicando que não visava a substituição dos trabalhos do SMAS, mas sim complementar e dar continuidade ao seu trabalho; e portanto passava por capacitar as juntas, pelo que cada uma iria ter uma viatura e teria de contratar dois assistentes operacionais para desenvolvimento desta atividade. -----

Explicou que o que a JF iria fazer era a recolha de monos que estivessem à volta dos contentores e que os sacos de lixo seriam colocados dentro dos contentores para que não houvesse lixo na envolvente. Reiterou que seria o SMAS a desenvolver a atividade de recolha pelo que a JF iria apenas complementar a recolha. Disse ainda que, pelo que sabia, apenas uma das juntas do concelho não iria assinar o protocolo. Informou ainda que, enquanto os ecocentros não fossem construídos, seriam criados centros de deposição temporária para ajudar no processo de recolha de monos, mas também para os próprios munícipes poderem entregar a recolha seletiva. Salientou que estavam ainda previstas medidas a longo prazo como a monitorização de circuitos e de taxas de enchimento para evitar recolhas desnecessárias; pelo que se previa também a contratação de cerca de 50/60 trabalhadores para o SMAS fazer face às novas exigências. -----

Disse ainda que considerava importante a freguesia participar na criação de medidas de curto, médio e longo prazo; acrescentando que, paralelamente, a JF iria reforçar a campanha de sensibilização com um *flyer* criado pelas crianças da escola primária e que estava para ser lançada uma outra mais massiva no concelho. -----

Relativamente ao Concurso Público Internacional dos Espaços Verdes, informou que este já estava concluído e que tinha tido o visto do Tribunal de Contas (TC); referindo que tinha ganho a empresa Magoflor, pois cumprira os requisitos legais. -----

No que respeita ao caso do freguês referido pela Vogal Fátima Campos, explicou que conhecia bem o Filipe e as suas dificuldades, nomeadamente na mobilidade na freguesia. Salientou que desde há muito que era apoiado pela JF e que continuava a ser apoiado, nomeadamente na questão das baterias: Explicou que o que foi transmitido ao Filipe foi que, quando a CMS fazia uma intervenção já cumpria as regras, mas que às vezes não era fácil fazer tudo de uma só vez; e que no estudo que estava a ser desenvolvido sobre a mobilidade na zona alta de Monte Abraão estava também previsto o rebaixamento em alguns locais para melhorar a mobilidade. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha começando por cumprimentar todos os presentes. Referindo-se à questão do lixo, afirmou que se vinha a assistir há mais de um ano a contentores cheios, lixo espalhado pelas ruas e a um cheiro nauseabundo; acrescentando que já havia pragas de ratos e baratas (o que era público), as ruas não eram lavadas e a varrição era péssima. Considerou então que se tratava de uma questão de saúde pública muito preocupante; reiterando que se arrastava havia um ano. Questionou então de quem era a responsabilidade e quem tinha tomado a decisão; perguntando ainda se não tinha sido feito um estudo prévio e se só agora estavam a planear; após o caos se ter instalado. Acrescentou achar que se estava a passar a ideia de que a culpa era da falta de civismo e de um pretense aumento de produção de lixo. Defendeu então que a culpa se devia a uma decisão mal pensada e planeada do Executivo Municipal e de quem com ele compactuou nessa decisão e, portanto, neste caso de algumas JFs da mesma cor política. -----

Argumentou veementemente que não se podia "*sacudir a água do capote*" e fugir às responsabilidades individuais, pois estava na hora de se assumir a culpa desta medida de mudança que não foi preparada e estudada; recordando que na altura tinham dito que estavam a fazer estudos e até tinham retirado contentores em várias áreas populacionais. Contestou ainda o facto de os contentores não serem lavados; afirmando que deviam ser dados da TratoLixo. Salientou que a falta de lavagem das ruas e o aumento da produção de lixo também seriam certamente justificadas... Concluiu, afirmando que se estava a viver há um ano numa imundice pegada, o que considerou ser inaceitável. Disse já chegar de projetos e ideias. Afirmou que a freguesia estava a ser vítima de uma catástrofe provocada pela CMS, por este Executivo e pela conivência de algumas juntas. -----

Relativamente à Magoflor, disse não ficar surpreendido. Recordou que já tinha dito quem iria ganhar havia meses. Salientou que a empresa até tinha baixado o preço, o que significava que se tinha andado a pagar caro e a qualidade ainda devia baixar mais; acrescentando que a verdade era que uma empresa que ganhava muito dinheiro fazia um serviço medíocre e mais importante do que o visto do TC era a qualidade do trabalho prestado. Passou a ler a cláusula 12ª: -----

"Resolução do contrato pelo contraente público. -----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato quando se verifique uma das seguintes situações:-----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

a) *os espaços verdes objeto da prestação de serviços estejam sem qualquer tipo de manutenção por período superior a 5 dias;* -----

b) *quando os relvados apresentem mais de 10 % de manchas secas;* -----

c) *os prados não sejam cortados apresentando alturas de mais de 10 cm.*"-----

Prosseguiu, explicando que tinha dado uma pequena volta pela freguesia e tirado mais de trinta fotografias. Passou a mostrá-las e a assinalar zonas de incumprimento: zonas carecas (sem relvado), espaços sem relvado (junto à ciclovia), canteiros só com terra, ervas com mais de 10 cm (+ de 20cm); questionando porque seria. Salientou que essas fotografias provavam que a Magoflor desenvolvia um trabalho medíocre na manutenção dos espaços verdes, o qual não era fiscalizado pelo executivo. Realçou que o que se fazia era constantemente atribuir contratos aos amigos. -----

Reiterou com veemência que se andava há mais de 5 anos a atribuir a uma empresa que ganhava muito dinheiro a manutenção das zonas verdes e o que se tinha eram espaços mal cuidados, sem rega e tratamentos. Salientou que o visto de TC não fiscalizava a qualidade, a responsabilidade era da JF e que se continuava a atribuir à mesma empresa essa tarefa. -----

Tendo o Sr. Presidente do Executivo dado resposta e entrado em diálogo com o Vogal, o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques**, solicitou que se evitasse o diálogo. Recordou que, embora não tivesse ocorrido reunião prévia de preparação da assembleia, existia uma tabela de tempos e avisou o Vogal Independente Carlos Saldanha que já tinha excedido a grelha máxima de tempo de intervenção, pois o seu tempo de grelha total era de 7 minutos. -----

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha que revelou o seu descontentamento. Disse ter pensado que o Sr. Presidente da Mesa iria intervir para fazer aquilo que devia: chamar à atenção do Sr. Presidente do Executivo por o estar a interromper. Protestou por tal não ter acontecido; salientando que pelos vistos se estava agora a cronometrar os tempos. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, realçou que tinha começado por chamar à atenção para evitarem o diálogo. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha salientou que tinha sido chamado à atenção por causa do tempo. Concluindo a sua intervenção, reiterou a sua discordância com o facto de se continuar a contratar a Magoflor por 800 mil euros/3 anos sendo o serviço uma vergonha como as fotografias o demonstrava. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, informou o Vogal Independente Carlos Saldanha de que o seu tempo havia esgotado. Recordou que todos tinham contribuído para a aprovação do Regimento e que o presidente da Mesa só tinha de fazer cumprir o Regimento. Ao que o Sr. Vogal respondeu que o Regimento só era para cumprir quando interessava. O Sr. Presidente prosseguiu, pedindo ao Sr. Vogal que respeitasse a Mesa. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) que começou por pedir desculpa ao Vogal Carlos Saldanha porque efetivamente o tinha interrompido várias vezes, tinha sido indelicado. Dirigindo-se ao Vogal, disse-lhe que não tinha necessidade de gritar para ser ouvido, nem se exaltar com estas questões. Recordou que, do que se estava a falar era de um visto do TC e do código de contratação pública pelo que se tinha dúvidas sobre essa matéria, tal como já tinha feito no passado, poderia repetir e ver o resultado. Afirmou que o problema do Vogal não era com o procedimento, nem com a JF, era com a empresa em questão, pelo que tal não se resolvia ali, e o Vogal teria de escolher outro fórum para o fazer. -----

Relativamente à questão do lixo, havia dois caminhos a escolher: -----

– ou o de apontar o dedo para quem tem culpa ou deixa de ter culpa e aí ter-se-ia de ir um bocadinho atrás, à governação PSD/CDS (Presidente: Fernando Seabra, Vice-Presidente: Marco Almeida) e falar dos prejuízos de 11 milhões de euros/ano que a empresa tinha de colocar na HPM (que era isso que representava o custo da HPM) ou tinha de se falar dos contratos da HPM com a SUMA que nem sequer iam a contratação pública e eram renovados automaticamente sem procedimentos ou tinha de se falar de concursos de recolha de contentorização lateral (os quais tinham sido a maior desgraça que existiu no concelho de Sintra); -----

– ou o caminho da resolução do problema pois havia efetivamente maior produção de lixo entregue na TratoLixo. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

y

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Disse então que se o Vogal passava a vida a desconfiar das instituições que servem e tratam os dados da comunidade, então tinha um problema de credibilidade, pois punha em causa todos os números que as empresas davam e a informação que transmitiam para as entidades, pondo até em causa o TC. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, abriu o Período da «ORDEM DO DIA», com o Ponto N°1 Informações. Não havendo informações a prestar, abriu de imediato ao debate com o Ponto 2 – Apreciação e votação da Ata de Assembleia de Freguesia, Edital n° 4, realizada a 20 de julho de 2018. Recordou que nesta sessão não estiveram presentes os Vogais do PS: Ana Paula Carvalho, Antonieta Rosa Gomes; a Vogal Catarina Soares do CDS; o Vogal Jorge Monteiro do BE; os Vogais João Paixão e Umbelina Vilela (PSD). -----
-----**

**Passou-se à VOTAÇÃO da Ata N° 4 da Assembleia de Freguesia realizada no dia 20.07.2018, tendo esta sido APROVADA, por MAIORIA com 15 votos a FAVOR e 6 abstenções (dos vogais supracitados 2 PS, 1 CDS, 1 BE e 2 PSD; ausentes na referida sessão). -----
-----**

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, questionou o Sr. Presidente do Executivo se pretendia discutir algum ponto conjuntamente e depois votá-los em separado. O Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás) propôs que se analisassem conjuntamente os Pontos 4 e 5. -----
-----**

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, colocou a debate o Ponto 3 – Apreciação e votação da Adenda ao Regulamento e Tabela de Taxas para 2018, da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão. -----
-----**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás) que explicou que esta proposta de adenda vinha no seguimento de um lapso que tinha sido detetado relativamente ao registo dos animais pois estava escrito que existia registo e licença e por lapso tinha sido retirada a linha do registo e, por outro lado, decorria de uma interação do município com a autarquia, o qual questionou

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

a possibilidade de a junta passar um atestado multiusos, uma vez que o Dec. Lei 135/99 previa a possibilidade de as autarquias o passarem e assim teria de ser incorporado nas Tabelas. Explicou que de outro modo não o poderiam fazer pois não havia enquadramento para tal. -----

Tomou a palavra o Vogal José Coelho da Bancada da CDU que perguntou em que consistia o atestado multiuso. Realçou que a sua bancada já se tinha pronunciado relativamente às taxas e salientou que este atestado tinha um preço elevado e que isto era só onerar os contribuintes, pois custava mais de 10€. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da UFMMA (Pedro Oliveira Brás). Explicou que este atestado multiuso estava descrito no art.º 38 do Dec. Lei 135/99 e possibilitava que se pudesse atestar ou justificar várias situações distintas num mesmo documento; explicando que em vez de passar por exemplo um atestado de residência para fins bancários, o qual sendo passado para um fim específico não poderia ser usado com outros propósitos esse tipo de atestado poderia elencar situações diversas e distintas, ou seja a pessoa poderia usá-lo no banco e/ou noutra instituições, o que exigia uma maior trabalho de validação, recolha de informação e certificação por parte dos serviços administrativos. -----

O Sr. Vogal José Coelho da Bancada da CDU perguntou se os atestados normalmente não ficavam com as entidades. **Ao que o Sr. Presidente respondeu** que este poderia ser fotocopiado e utilizado em diversas instituições, podendo o freguês elencar várias situações num mesmo atestado e assim entregar a várias instituições. Explicou que a JF ainda não emitia este atestado porque normalmente eram solicitados atestados para um fim específico; mas tinha tido acesso a um parecer da CCDR solicitado por outra entidade sobre se podiam ou não passar esse tipo de atestado, pelo que a JF decidiu emití-los para que os fregueses o pudessem utilizar nas diversas instituições. -----

Passou-se à VOTAÇÃO: -----

13 Votos a FAVOR: (11 PS, 2 BE); -----

2 Votos CONTRA: (CDU, com apresentação de declaração de voto apenas); -----

6 Abstenções: (1 CDS/PP, 2 PSD, 3 Vogais Independentes). -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Ponto 3 – Apreciação e votação da Adenda ao Regulamento e Tabela de Taxas para 2018, da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão foi APROVADO por MAIORIA com 13 votos a FAVOR. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF, Manuel Lourenço Marques, solicitou a anuência da assembleia para a discussão conjunta dos Pontos 4 e 5. Tendo obtido anuência, abriu o debate aos Ponto 4 – Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz, para a realização do projeto, no âmbito da IV Edição do Orçamento Participativo e Ponto 5 – Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, os agrupamentos de escolas da Freguesia e a Associação Nutrifun, para a realização do projeto “Nutrifun For Kids-Saúde no Bairro”, no âmbito da IV Edição do Orçamento Participativo. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás) que explicou que os protocolos apresentados vinham em sequência das duas propostas mais votadas do IV Orçamento Participativo, pelo que se estava a apresentar era o enquadramento legal e a consumação das mesmas. Salientou que o projeto do Ponto 5 iria desenvolver-se nas escolas primárias da freguesia. Informou ainda que tinham sido apresentados nessa semana os resultados da V Edição com três propostas vencedoras, as quais seriam inscritas no orçamento de 2019 para serem depois executadas, mantendo o compromisso descrito nas Normas de Participação (executá-las o mais rapidamente possível). -----

Tomou a palavra o Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU. Começou por recordar que estes dois protocolos se inseriam na iniciativa do Orçamento Participativo com o qual a sua bancada tem vindo a discordar pela forma como se processa. -----

Salientou que já tinham sido colocadas sobejas dúvidas pela forma como: a votação era realizada, quem podia votar, as maneiras de voto, os registos ou falta deles, a maneira discricionária



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

como se colocava à participação uma pequena franja do orçamento JF e sobre um número limitado de questões, fechando pois o resto da junta a uma participação democrática. -----

Salientou que a sua bancada criticava também o facto de: -----

– o modelo do OP não ultrapassar aquelas que eram as diferenças das classes sociais ao exercício da cidadania; -----

– existir a possibilidade de captura da ação da JF por grupos de interesse organizados, pois derradeiramente era primeiro o executivo e depois a assembleia de freguesia (AF); -----

– a secundarização dos órgãos democraticamente eleitos, no seu papel (no caso da AF) de fiscalização e aprovação das contas e orçamentos e portanto com todo o perigo de deriva antidemocrática que no contexto atual acabava por encarrilar. -----

Reiterou que essa era a posição da sua bancada sobejamente apresentada relativamente ao OP e que tinha aspetos perfeitamente enquadráveis nas propostas apresentadas nestes protocolos. Defendeu que no entanto havia nessas propostas diferenças consideráveis. Relativamente à 1ª Proposta (relativa à aquisição de uma ambulância para os Bombeiros Voluntários) defendeu que não era claramente uma competência da JF; não se enquadrava na própria exposição de motivos onde estava indicada a competência do órgão, a promoção e a execução de projetos de intervenção comunitária nas áreas de ação social, cultura e desporto. Defendeu que uma viatura de socorro não se enquadrava nestes critérios. Salientou a preocupação da sua bancada com a deriva do PS em conluio com o PSD até no próprio processo de descentralização em curso (até a CMS quer comprar equipamentos para a PSP); acrescentando haver uma desresponsabilização da administração central para com a população e protestando com o facto de a JF compactuar com isso. -----

Concluiu, afirmando que era pois de rejeitar liminarmente, apesar de ter consciência das necessidades com que os bombeiros se debatiam na Cidade de Queluz, tal como era patente as necessidades da PSP. Defendeu veementemente que esta não era a forma de resolver pois não contribuía para a coesão territorial, não contribuía para uma justa proporção dos meios e não se enquadrava na lei. Salientou que esta proposta vinha apenas demonstrar para que servia o OP: caçar votos. Afirmou ainda que o protocolo tinha uma frase deliciosa que não podia deixar de ler pois era demonstrativo do que se pretendia, passando a ler a cláusula 4ª, nº 1 alínea c) : “A *corporação de bombeiros compromete-se a receber formalmente a ambulância de socorro em evento adequado a agendar pela junta de freguesia*”. Salientou que se sabia bem o que era o evento adequado, era o

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

evento para a fotografia, para a *selfie*, enfim para aparecer e caçar votos e embelezar a imagem do executivo. Terminou afirmando que derradeiramente era para isso que servia o OP e daí a rejeição da sua bancada; acrescentando que levantava muitas dúvidas à sua bancada relativamente à validade da decisão pelo que fazia pretensão de enviar à DGAL um pedido de esclarecimento relativamente a este protocolo. -----

No que se referia ao Protocolo com a Associação com a Nutrifun, não se colocava a questão da sua validação e conformidade com a lei, no entanto existiam outras questões: não era uma associação do concelho, embora a sua vice-presidente seja de Massamá, ficando a dúvida se os votantes não seriam de Algés. Disse ainda ter dúvidas relativamente à associação, às suas contas, ao vínculo contratual e remuneração dos seus colaboradores; questionando sobre que género de emprego a JF estava a fomentar ao criar esta associação. Referiu que ficavam então essas questões pendentes, não tendo propriamente a ver com o objeto do protocolo mas sim com a forma. Saliu que no que se referia à forma havia uma questão que se repetia sucessivamente e já vinha do mandato passado e que tinha a ver com a aprovação e apresentação de protocolos à AF já depois de terem sido celebrados; chamando à atenção que dizia no Ponto 2 alínea a) «antes do início do ano letivo o protocolo é cedido às escolas para o integrarem nos planos anuais das suas atividades».

Concluiu, questionando como é que na AF se aprovavam protocolos de iniciativas que já se estavam a desenrolar e como resposta afirmou que tinha a ver com a secundarização deste órgão que o OP vinha a reforçar. Acrescentou que esta forma leviana de tratar a AF causava algumas dúvidas. Informou então que a sua bancada iria solicitar à DGAL um parecer sobre o facto de esses protocolos serem assim apresentados sucessivamente à AF. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, chamou à atenção para o tempo de intervenção. Recordou a CDU que tinha um tempo de grelha de 9 minutos. Afirmou que não se tratava de tirar importância às intervenções mas de um apelo à capacidade de síntese. ---

Tomou a palavra o Vogal José Dias da Bancada do BE. Relativamente ao Protocolo com a Nutrifun, o Vogal questionou: -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

W

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

– qual era o universo que iria cobrir (se era só o primeiro ciclo ou também era o pré-escolar), pois havia uma discrepância entre o que estava descrito no documento da Nutrifun e o acordado no protocolo; -----

– relativamente às obrigações do 3º outorgante (na qual se dizia que a empresa estava obrigada a apresentar um relatório anual), se não teria de estar também nesse artigo a obrigatoriedade de apresentação do relatório trimestral, uma vez que no protocolo dizia-se também que para receberem as tranches tinham de apresentar esses relatórios periódicos; -----

– se havia alguma uma ideia de quantas turmas iriam ser cobertas por este protocolo. -----

Tomou a palavra o Vogal David Silva da Bancada do PS. Começou por apresentar os seus cumprimentos a todos os presentes. Relativamente à intervenção do Vogal Luís Coelho, relativamente ao OP, defendeu que atualmente se vivia numa sociedade do imediato em que a participação do freguês (do cidadão) era corrente e participativa mas muito fora do âmbito institucional, pois via-se o *facebook* e outras redes sociais inundados de reclamações, com fotografias e sempre que ocorria uma catástrofe viam-se os jornais inundados de peritos. -----

Disse ainda que, quando o Vogal da CDU falava da caça ao voto no âmbito do OP, achava que o importante era caçar esta cidadania que não era depois refletida em ferramentas colocadas à disposição do cidadão. Defendeu que, se cada vez mais se procurava participar, estando-se à procura de uma democracia cada vez mais participativa, cada vez mais próximos dos cidadãos em geral, era importante dar-se aos cidadãos ferramentas que lhes possibilitassem propor, votar e discutir fossem ideias, propostas ou projetos, para que sentissem que a sua opinião contava. Afirmou que não se tratava de uma caça, mas sim, possibilitar a participação e poder ter uma palavra daquilo que era o «político» que existia em todos nós. -----

Acrescentou que não tinha entendido o porquê da referência ao antidemocrático e a grupos de interesse organizados, desafiando o Vogal Luís Coelho a, se tivesse algo a referir, a denunciar o facto, pois não entendia o alcance dessa opinião. Relativamente à “antidemocraticidade” do OP, afirmou que a versão 2018 (V Edição) era certamente muito diferente da do I OP, defendendo que tinha vindo a evoluir e que tinham sido incutidas uma série de melhorias que visavam acabar com a ideia de algo obscuro em torno do OP. Recordou que na última edição foram dados dois votos e inclusive a oportunidade do voto contra, o que permitia as pessoas terem dez propostas não

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

concordar com nenhuma, mas estar claramente contra alguma, o que potenciava a clareza do instrumento em si. No que se referia à que de quem poderia votar, defendeu que o território era partilhado por diferentes pessoas, as quais faziam diferentes usos e tudo o que era feito no espaço público tinha diferentes impactos nas pessoas, fossem elas residentes, recenseadas, turistas ou trabalhadores, ou sejam todos aqueles que vivenciem o território poderiam participar. -----

Concluiu, afirmando que não se tratava de caça ao voto, mas sim uma chamada à participação cívica, cada vez mais visível na nossa sociedade. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás). Começou por salientar que tinha sido uma reflexão profunda e coerente com o que tem sido a votação da CDU, salientando que tem sido a única força política que votou contra as Normas de Participação e todos os demais tinham votado a favor; o que levava a uma discussão interessante. Referindo que se passava a vida a dizer que as pessoas não participam, que as pessoas se afastam da vida das autarquias, da gestão do estado, da «coisa pública», disse que se tentava criar ferramentas em que as pessoas pudessem participar e estar numa perspetiva em que não fosse a de caça ao voto, mas sim a da responsabilização e da cogestão da coisa pública. Reiterou que não o chocava, que se tratava de uma perspetiva, e que não o chocava partilhar o poder através da ferramenta que era o OP, em que era um modelo deliberativo, pois eram as pessoas que apresentavam as suas ideias e eram elas que votavam. Realçou o facto de desde 2013, se vir a assistir a um aumento nas JF da introdução de ferramentas como o OP, exatamente para promoção das democracias participativas e promoção de outras formas de as pessoas participarem e estarem na sua comunidade. Salientou que de facto existia um reforço da democracia participativa e da vontade de criar ferramentas de participação, as quais não se esgotavam no OP, existindo outras juntas que tinham outras ferramentas. Salientou ainda que a UFMMA era até a freguesia com mais verba alocada ao OP (5%). Concluiu afirmando que achava que essa era uma ferramenta que se deveria valorizar no sentido de criar mecanismos e oportunidade das pessoas poderem intervir, apresentando ideias e projetos para a sua comunidade.

Relativamente ao âmbito das propostas, recordou que uma das atribuições da JF era trabalhar em domínios da Proteção Civil e que não era à toa que o Presidente da Junta era o Presidente da Unidade Local da Proteção Civil; salientando que o legislador previa que a junta de freguesia



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

lx

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

interviesse em matérias como a proteção civil, o planeamento e até mesmo o abastecimento público. Recordou que já no passado a JF de Massamá (em que a CDU estava representada) tinha atribuído um carro à PSP (ao que o Vogal Luís Coelho disse que o carro não tinha sido entregue devido à oposição da CDU). Acrescentou que por vezes as juntas tinham esta prática, dando o exemplo da JF de Rio de Mouro que tinha oferecido bicicletas à PSP. Referiu que o próprio município tinha intenção de oferecer (só não o tinha feito porque a ministra da altura não tinha assinado o protocolo) e que tem reforçado o papel dos Bombeiros no Concelho de Sintra, naquilo que era a operação de socorro às populações e noutras áreas. Concluiu, afirmando que era uma atribuição da freguesia trabalhar estas questões e domínios. -----

Realçou ainda que não lhe parecia que o Vogal estivesse a fazer uma leitura correta quando dizia que havia uma apropriação do processo, até porque das propostas já concretizadas (até à Edição de 2017) só cinco tinham nascido de associações, pelo que não lhe parecia que houvesse uma apropriação desta ferramenta por parte do movimento associativo; salientando que as propostas nasciam de pessoas individuais. Defendeu que se tratava de uma ferramenta de participação e realçou que a própria CDU também as fomentava; recordando que a Câmara de Palmela tinha sido pioneira neste processo e que a JF de Carnide tinha sido a primeira junta a implementar o OP. -----

Tendo-se travado um pequeno diálogo entre o Sr. Presidente do Executivo e o Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU, **O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques)** interrompeu para solicitar que não se entrasse em diálogo e apelou ao poder de síntese dos membros da assembleia. Recordou que o Regimento tem uma grelha de tempos bem definida para cada. -----

O Sr. Presidente da UFMMA (Pedro Oliveira Brás) retomou a palavra para concluir, esclarecendo que se aplicava ao 1º ciclo e que eram 48 turmas. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) recordou que além dos tempos atribuídos a cada bancada existia um artigo que previa que os grupos políticos poderiam ceder tempos para quem os tivesse excedido e **abriu a votação ao Ponto 4.** -----

Passou-se à VOTAÇÃO: -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

g

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

18 Votos a FAVOR: (11 PS, 2 BE, 3 Vogais Independentes, 2 PSD); -----

2 Votos CONTRA: (CDU, com apresentação de declaração de voto apenas); -----

1 Abstenções: (1 CDS/PP). -----

O Ponto 4 – Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de Colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz, para a realização do projeto, no âmbito da IV Edição do Orçamento Participativo foi APROVADO por MAIORIA com 18 Votos a Favor. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação o Ponto 5. -----

Passou-se à VOTAÇÃO -----

19 Votos a FAVOR: (11 PS, 2 BE, 1 CDS/PP, 2 PSD, 3 Vogais Independentes); -----

2 Votos CONTRA: (CDU, com apresentação de declaração de voto apenas); -----

O Ponto 5 – Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, os agrupamentos de escolas da Freguesia e a Associação Nutrifun, para a realização do projeto “Nutrifun For Kids- Saúde no Bairro”, no âmbito da IV Edição do Orçamento Participativo foi APROVADO por MAIORIA com 19 votos. ---

O Sr. Presidente da Mesa da AF, Manuel Lourenço Marques, abriu o debate ao Ponto 6 – Apreciação e ratificação da Adenda ao Contrato de Objetivos celebrado entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional, GIP. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF, Manuel Lourenço Marques, reiterou ao Vogal Carlos Saldanha que poderia intervir se algum outro Vogal lhe cedesse tempo de intervenção pois o Regimento previa esse facto, apelando a que o fizesse. -----

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás). Esclareceu que este ponto visava prorrogar o contrato atual, o qual vinha a ter bons resultados. Informou que recentemente tinha sido aprovada em executivo uma submissão de uma candidatura pois tinha sido aberto novo concurso para a manutenção do GIP; acrescentando que iriam haver menos GIPs no concelho de Sintra. Salientou que devido aos bons resultados, acreditava que teriam a confiança do IEFP. Explicou que a junta seguia cerca de 803 desempregados e que no último trimestre tinha encaminhado 349 para entrevistas de trabalho; explicando que não tinha informação relativamente à taxa de sucesso, mas que havia um bom indicador pois as pessoas não voltavam. Deixou uma mensagem de agradecimento à Dra. Helena Patrícia que trabalhava em parceria com o comércio e as empresas no sentido de dar aos nossos desempregados um acompanhamento eficaz e empático. -----

Tomou a palavra o Vogal José Coelho da Bancada da CDU questionou o executivo sobre o tipo de vínculo que esta trabalhadora tinha em relação à JF e porque lhe chamavam animador. Defendeu ainda que, relativamente à existência deste gabinete, a sua bancada achava que o IEFP tinha obrigação de ter uma rede no nosso município que permitisse aos munícipes terem um acesso a esta informação mas organizada pelo próprio instituto. Acrescentou que, no entanto, atendendo a que as pessoas necessitavam de recorrer a este contacto tinham de se deslocar para Sintra, o que se tornava oneroso e problemático, a sua bancada não se oporia a esta renovação. -----

Tomou a palavra a Vogal Catarina Soares da Bancada do CDS que propôs que o GIP sugerisse ao IEFP que qualquer desempregado pudesse fazer a sua inscrição no GIP e que não se tenha deslocar a Sintra, pois atualmente a isso é obrigado. -----

Tomou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás) que começou por dizer que a designação de «animadora» era dada pelo IEFP. Relativamente ao vínculo referiu que esta colaboradora estava como prestadora de serviços; acrescentando que estava previsto a abertura de um procedimento concursal em 2019 para dar maior estabilidade a esta trabalhadora, ainda que este recurso só existisse por a junta ter este contrato com IEFP. Saudou a presença da Vogal Catarina Soares e, em resposta, referiu desconhecer o porquê desse

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

procedimento e comprometeu-se em fazer passar essa informação. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação o Ponto 6. -----

Passou-se à VOTAÇÃO: -----

19 Votos a FAVOR: (11 PS, 2 BE, 3 Vogais Independentes, 2 PSD); -----

2 Abstenções: (CDU) com apresentação de declaração de voto apensa; -----

O Ponto 6 – Apreciação e ratificação da adenda ao Contrato de Objetivos celebrado entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional, GIP, foi APROVADO por MAIORIA com 19 votos a Favor. -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF, Manuel Lourenço Marques, abriu o debate ao Ponto 7 – Apreciação e votação da Minuta de Protocolo de colaboração entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e a Associação In Loco, no âmbito da Rede de Autarquias Participativas (RAP). -----

Tomou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás). Referiu que procurando o que se desejava instituir desde o primeiro mandato na comunidade, a promoção da democracia participativa, a JF tinha feito a adesão à Rede de Autarquias Participativas. Explicou que esta se tratava de uma estrutura informal, constituída por autarquias locais (maioritariamente municípios e algumas freguesias), a qual visava ser um espaço de partilha e reflexão, onde se aprendia uns com os outros, havendo a apresentação de experiências e onde se poderia colher as boas práticas de cada ferramenta, o que promovia o reforço e melhoramento dos OP e a formação técnica dos colaboradores da JF. -----

Esclareceu que, relativamente a este Protocolo, tinha mudado o responsável pela associação e também a quota, fruto de uma iniciativa que decorreu no Palácio Nacional de Queluz, durante a qual se tinha chamado à atenção para a necessidade de diferenciar municípios e freguesias, pelo que fora



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

feito um ajuste dos valores, passou para 400€ em vez dos 635€ do Protocolo em vigor. -----

Tomou a palavra o Vogal Luís Coelho da Bancada da CDU que referindo que para além das questões já levantadas relativas ao OP, colocava-se a questão de se estar a despende dinheiros públicos sem se ver benefício para as pessoas; salientando que, em seu entender, havia outras formas de partilhar com outros municípios e freguesias e de inclusivamente capacitar os quadros da JF do que gastar 400€/ano para se ter uma gestão democrática participada. Recordou que existia a ANAFRE que possuía quadros próprios e podia também fornecer estes serviços sem se pagar mais. Questionou ainda sobre como é que essa associação tinha sido escolhida para dinamizar uma rede que era paga por entidades públicas, que regime fiscal tinha e qual o vínculo dos seus trabalhadores (se é que eram trabalhadores e não todos voluntários). -----

Concluiu, afirmando que votariam contra pois havia dispêndio de dinheiros públicos sem que houvesse benefício para a população. -----

Tomou a palavra a Vogal Catarina Soares da Bancada do CDS que referiu ter vindo anexado ao documento um Protocolo de Colaboração de 2015 pelo que perguntou se era um lapso. Ao que o Sr. Presidente da UFMMA respondeu que era apenas um modelo. -----

Tomou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da UFMMA (Pedro Oliveira Brás). Esclareceu que na apresentação do Protocolo tinha referido que esta rede tinha nascido de uma candidatura que existiu e foi financiada pelo «Portugal Participa» e que esta associação se dedicava às questões da democracia participativa e à participação dos cidadãos pelo que fazia o secretariado técnico do que os municípios não conseguem fazer. Mais esclareceu, que existia também um secretariado técnico internacional sediado em Barcelona que funcionava nos mesmos princípios. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia (Manuel Lourenço Marques) colocou a votação o Ponto 7. -----

Passou-se à VOTAÇÃO: -----

13 Votos a FAVOR: (11 PS, 2 BE); -----

3 Votos CONTRA: (1 CDS/PP, 2 CDU – com apresentação de declaração de voto apensa); --



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

5 Abstenções: (2 PSD, 3 Vogais Independentes). -----

O Ponto 7 – **Apreciação e ratificação da adenda ao Contrato de Objetivos celebrado entre a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP no âmbito do Gabinete de Inserção Profissional, GIP, foi APROVADO por MAIORIA com 13 votos a FAVOR.** -----

O Sr. Presidente da Mesa da AF, Manuel Lourenço Marques, abriu o debate ao Ponto 8 – **Apreciação da Informação Escrita do Presidente acerca da Atividades e Situação Financeira da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão relativa ao 3º Trimestre de 2018, dando para tal a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, Pedro Oliveira Brás.** -----

Em resposta à Vogal Catarina Soares, informou que a inscrição de desempregados no IEFP tinha de ser feita em Sintra pois interferia com o subsídio e a JF não tinha acesso ao sistema informático. Relativamente à designação de animador tinha a ver com o facto de a dinamização do gabinete ter de ser feita por uma técnica superior com qualificação específica em animação; acrescentando que essas formações tinham sido feitas em 2008 aquando da criação dos GIPs. Informou ainda que a JF apenas apresentava uma lista de candidatos e o IEFP é que escolhia o candidato que iria trabalhar. -

O Sr. Presidente disse então que, relativamente à informação escrita, esta seguia o Plano de Atividades inscrito no orçamento para 2018. Salientou a continuidade no reforço da organização e serviços com soluções que permitiam uma maior agilidade e melhoria de serviço prestado, nomeadamente na fiscalização da feira (com a compra de impressoras móveis para que a equipa emitisse de imediato o recibo definitivo). Informou que a JF estava também a preparar a instalação de uma plataforma de gestão da Universidade Sénior (US), a qual iria acima de tudo permitir uma melhor organização do trabalho com a US, mas cima de tudo, a mais-valia deste modelo seria uma maior interação entre alunos e professores e partilha de documentos, além de uma melhor comunicação entre todos os envolvidos; possibilitando ainda inscrições *online*. -----

Referiu ainda a obtenção do visto do TC. Informou ainda que, durante o mês de junho se tinha iniciado também a manutenção das escolas da freguesia (cinco escolas: quatro primárias e a Escola 2,3 Egas Moniz); salientando que a prioridade tinha sido a reparação de vidros partidos e das zonas de maior circulação para que as crianças entrassem no ano letivo com estas situações resolvidas.



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Disse ainda que estes investimentos tinham sido conciliados com o Programa de Intervenções e Reabilitação e Requalificação das Escolas que a CMS lançou. Informou ainda que essas empreitadas já tinham sido iniciadas na Escola nº 1 de Massamá, pertencente ao Agrupamento Miguel Torga, e que iriam agora arrancar as empreitadas de arranjos (na Escola Nº 1 de Monte Abraão e depois a Escola Nº1 de Massamá). -----

Relativamente ao apoio social, informou que as parcerias no âmbito da Mercearia Solidária tinham sido reforças pelo que agora a JF contava com o ALDI (Massamá e Monte Abraão). -----

Disse ainda que o executivo tinha mantido o foco na melhoria do espaço público, informando que das ocorrências registadas da competência da JF a taxa de execução tinha sido de 58%. -----

Salientou ainda a criação da rede de bibliotecas «Letras Soltas» para fomentar a leitura e a partilha de livros na comunidade e a realização dos campos de férias. -----

Sob o ponto de vista orçamental informou que: -----

– a Taxa de execução pelo lado da receita tinha sido de cerca de 58% ainda que o mês de setembro não estivesse finalizado pelo que era de esperar cerca de 60%; -----

– a Taxa de execução pelo lado da despesa era de cerca de 53%, mas ainda faltavam efetivar um conjunto de despesas pelo que era de esperar 65/66%. -----

Concluiu, agradecendo o contributo e a colaboração de todos os colaboradores da autarquia que estavam imbuídos de um espírito de serviço público inexcusável, o que possibilita ter uma rede mini de bibliotecas que foi construída e pensada por um dos colaboradores da autarquia, o Fernando Rodrigues que foi o mentor desta construção. Salientou que a JF tem reforçado o número de operacionais e tinha de facto um conjunto de pessoas com as quais podia contar para olhar pelo espaço público de outra forma. -----

Tomou a palavra o Vogal José Coelho da Bancada da CDU que questionou sobre como estava a funcionar a rede de bibliotecas pois de facto essa era uma carência da cidade de Queluz, pois em Monte Abraão e Massamá não dispunha desse recurso. -----

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha. Relativamente ao contrato da Feira, afirmou que era importante saber que trabalho estava a ser feito. Chamou à atenção da fiscalização, pois continuava-se a assistir era ao deambular de vendedores ilegais nas imediações e dentro do recinto da Feira. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Com referência ao que estava mencionado na Informação Escrita, relativamente à celebração do Aniversário da Freguesia disse lamentar que o Programa tenha sido muito pobrezinho, pois o que se fez foi apenas a celebração de uma missa e um «coloquiozito», defendendo que os aniversários das freguesias deviam ser celebrados de forma mais condigna. -----

Relativamente ao Contrato dos Espaços Verdes, realçou que este não vinha mencionado no documento apesar de ser de 2 de julho; perguntando se havia alguma razão pois pensava que sendo uma informação escrita, em sua opinião, seria importante constar no documento. -----

Referiu ainda que no BASE também não estavam inseridos contratos ali mencionados, nomeadamente o da Feira e outros. -----

Questionou ainda o executivo sobre a contratação de alguém (Vanpower) para a organização de eventos da freguesia; perguntando quais eram os eventos que organizava e que organizou e se o valor era só para o 2º trimestre ou seria um contrato de maior duração. -----

Deu nota de uma reflexão que considerava plausível fazer: o aluguer de um autocarro por 11.123€. Perguntou se tendo a junta de pagar um valor tão exorbitante e tendo um autocarro parado pois não podia transportar crianças porque não adaptar o existente. Questionou ainda se não seria de pensar noutra solução. -----

Relativamente ao jornal Acontece referiu que estavam ali mencionados 4.428 €, pelo que questionou para que foi uma vez que o jornal não saiu. -----

No que se referia à Feira Medieval, perguntou qual era a relação despesa/receita, e a relação com a Trajes e Eventos que organizava a Feira. -----

Tomou a palavra o Vogal José Dias da Bancada do BE. Sobre a rubrica «Outros Pedidos de Apoio» da pág. 16, o Vogal perguntou como tinham ficado resolvidas as situações descritas no documento, em que se falava em situações de despejos e que inclusivamente que teria havido duas situações de sem-abrigo. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo (Pedro Oliveira Brás). Começou por explicar que as bibliotecas «Letras Soltas» estavam instaladas nos cinco parques da freguesia; sendo que o que se procurou com esta iniciativa era fomentar aqui o gosto pela leitura e por essa razão foram colocadas em zonas onde as

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

peças passavam em maior número e estavam mais disponíveis para passear e conviver; acrescentando que era uma ferramenta que acabava por ser alimentada pelas pessoas. Realçou que a junta tinha iniciado este projeto com um conjunto de livros que nos tinha sido doado e a ideia era que estivessem sempre em constante partilha da rede. Explicou ainda que um elemento da junta passava por lá, nem sempre com a cadência que seria desejável, para recolher lixo e algumas revistas menos próprias, panfletos do supermercado... Saliu a dizer que se procurava dar alguma dignidade ao projeto e que se notava a afluência. Referiu que todas elas tinham livros infantis e que já tinha visto crianças a tirar e a ler nos parques. Informou ainda que se alguém quisesse doar poderia entregar nas juntas que depois eram analisados e distribuídos; acrescentando que na Loja Solidária também havia livros disponíveis para as pessoas levarem. -----

Relativamente aos trabalhos de fiscalização da Feira, disse que desde que tinham deixado de ser equipas internas a desempenhar essa função, a primeira experiência não tinha corrido muito bem pelo que se estava a iniciar uma segunda experiência com uma empresa que desenvolvia este tipo em outras feiras. Referiu que já se notava uma melhoria embora não fosse ainda a que gostaria, nomeadamente devido aos ambulantes que circulavam na Feira. Acrescentou que as suas funções eram: o cumprimento do Regulamento da feira em vigor, a arrecadação da receita junto dos feirantes e a observância de comportamentos entre feirantes. Saliu a dizer que foi reforçado o número de pessoas e que se mudou a proximidade com a equipa; explicando que, nesta fase, todos os sábados um colaborador da junta estava na feira a dar apoio (fornecer conhecimento sobre feirantes) e a acompanhar a equipa de fiscalização, mas depois passaria a fazê-lo com menor regularidade. Acrescentou ainda que era pretensão da junta que esta equipa viesse a emitir os recibos definitivos, pois ainda eram passados recibos provisórios manualmente, os quais eram entregues na 2ª feira na junta e só depois passados os definitivos que seriam entregues no sábado seguinte ao feirante. Reiterou que com a solução dos PDAs e das impressoras móveis passariam a ser entregues no ato de pagamento, ficando logo registados e o trabalho da junta passava a ser de maior qualidade de observância sobre quem esteve na feira, quem não esteve, o que pagou e não pagou e assim ir corrigindo as situações. -----

Relativamente ao contrato com visto do TC, disse não haver uma referência concreta ao contrato assinado, ainda que estivesse referido que o mesmo aguardava o visto do TC, não referia a sua assinatura no dia 2 de julho; explicando que se devia ao facto de aguardar o visto. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Relativamente à contratação de serviços de organização e eventos, explicou que foi feita por um ano para organização dos eventos maiores que a junta realiza: a Feira Medieval, o Arraial Popular, as Festas no Parque, etc.; acrescentando que era este o âmbito do contrato entre a empresa e a junta. Explicou que à responsabilidade da junta ficavam as despesas de funcionamento (a água, a luz e a segurança) e divulgação; sendo que a logística, a animação, a montagem e desmontagem, a dinamização e a procura dos próprios feirantes era da responsabilidade da empresa. -----

No que se referia à questão do aluguer do autocarro, explicou que este só era alugado uma vez por ano, para os campos de férias, não existindo uma atividade que justificasse um contrato com maior extensão (por exemplo ao Km), que poderia ser mais vantajoso. Acrescentou que o autocarro da junta estava em excelentes condições de circulação e que tinha circulado pelo país no final das épocas desportivas e portanto não se tratava de manutenção. Explicou ainda que a legislação dizia que a partir dos 16 anos de vida estava impossibilitado de transportar crianças menores de 16 anos, pelo que para o campo de férias era necessário alternativas. -----

Relativamente à verba inscrita referida pelo Vogal Carlos Saldanha não se referia ao Acontece, pois esse era um outro procedimento, mas tinha a ver com a assessoria de comunicação e com o trabalho que fazia com os colaboradores da junta na área da comunicação. -----

Relativamente à questão colocada pelo Vogal José Dias, contou que tinha havido um caso muito mediático, o qual foi acompanhado bem de perto pelos serviços da junta e essas situações tinham sido resolvidas com muita persistência, tendo as duas pessoas sido encaminhadas para centros de acolhimento. Explicou que uma delas estava ilegal e tinha uns processos no SEF pelo que tinha acabado por ser repatriada. -----

Aproveitou para salientar a grande qualidade dos colaboradores da junta, reiterando que eram seguramente a melhor equipa de Sintra pelo trabalho que desenvolviam. -----

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha que disse querer agradecer os esclarecimentos e deixar uma nota final. Lamentou o facto de o tempo só ter acabado para si. Afirmou que tinha estado a contar o tempo das diversas bancadas e do Dr. Presidente da UFMMA e parecia que só o seu tinha terminado. Salientou que a bancada da CDU tinha excedido em muito o tempo de grelha previsto e lamentou ter tido que pedir tempo aos colegas para poder intervir outra vez. Solicitou que ficasse em ata a sua discordância com aquilo que foi feito porque se sentia lesado



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

ly

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

da forma como o quiseram quase «calar». Concluiu dizendo que para bem da sua consciência teria de deixar este lamento. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Lourenço Marques, disse então que não tinha sido apenas ao Vogal Carlos Saldanha que tinha referido a questão do exceder o tempo, tinha chamado igualmente à atenção do Sr. Presidente da UFMMA e à bancada da CDU e tinha apelado para o poder de síntese; acrescentando que nenhuma das outras bancadas tinha excedido o seu tempo. Recordou ainda que nas reuniões preparatórias para a aprovação do Regimento, muitos dos vogais estavam presentes e falou-se na existência de um cronómetro na Mesa da Assembleia; afirmando que não iria haver um cronómetro pois teria de imperar o bom senso. Salientou que de tal modo, tinha sido ele próprio como Presidente da Mesa da Assembleia que recordou que havia um art.º do Regimento que permitia a cedência de tempo de um vogal para outro para que o Sr. Vogal Carlos Saldanha pudesse intervir. Concluiu que estava perfeitamente consciente de ter cumprido o Regimento tal como era seu dever. -----

Tomou a palavra o Vogal Independente Carlos Saldanha que reiterou que se podia ouvir na gravação que a única pessoa a quem o Sr. Presidente da Mesa tinha dito que tinha acabado o seu tempo tinha sido a si próprio. Ao que o **Sr. Presidente da Mesa** respondeu que tinha apelado ao poder de síntese de várias pessoas e que as outras bancadas tinham mais tempo. **O Vogal** reiterou que tinham mais tempo mas também o tinham esgotado. -----

O Vogal Carlos Nogueira da Bancada do PS ausentou-se. -----

Posteriormente foi elaborada a ata em minuta. -----

Seguidamente foi dada a palavra à 1ª Secretária, Ana Paula Carvalho, que procedeu à leitura da ata em minuta. -----

Foi APROVADA por UNANIMIDADE com 20 VOTOS. -----



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

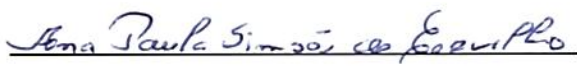
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Assembleia pelas 00h25m. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia



Manuel Lourenço Marques

A 1ª Secretária



Ana Paula Carvalho

A 2ª Secretária



Sandra Raquel Viegas



Freguesia
Massamá e Monte Abraão

Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

DECLARAÇÕES DE VOTO

DECLARAÇÃO DE VOTO PONTO 3

As taxas a aplicar devem resultar de um mínimo de encargos a incidir sobre os fregueses, pois estes já pagam os seus impostos, contribuindo desse modo para o Estado e as Autarquias angariarem as verbas necessárias para exercer a sua função. As taxas aprovadas em 2018 não contaram com o nosso apoio por representarem um aumento percentual muito acima do valor da inflação agregada e por não acompanhar a evolução dos rendimentos, salários, reformas e pensões dos portugueses.

Continuando, nesta votação, tal orientação geral do documento, mantemos a nossa rejeição.

DECLARAÇÃO DE VOTO PONTO 4

Porque defendemos que o Estado deve assegurar os meios adequados para as operações das corporações de bombeiros, rejeitamos liminarmente que uma Junta de Freguesia se substitua à Administração Central em áreas como a Protecção Civil ou a Saúde.

Por outro lado, este protocolo vem corroborar a nossa posição relativamente ao Orçamento Participativo, dinamizado por esta Junta de Freguesia: através de procedimentos não escrutináveis (quem vota e como?), o executivo encobre a sua responsabilidade nas decisões de emprego dos fundos públicos, aproveitando apenas para se promover em "eventos adequados".

DECLARAÇÃO DE VOTO PONTO 5

Para além da crítica novamente por nós apontada ao Orçamento Participativo, o facto de o protocolo indicar datas de entrada em funcionamento anteriores ao escrutínio da AF tem como significado a secundarização deste órgão, o que é inaceitável. Esta situação é recorrente no funcionamento desta Junta de Freguesia, pelo que encaminharemos pedido de esclarecimento às entidades competentes.

DECLARAÇÃO DE VOTO PONTO 6

Lamentamos a falta de instalações do IEFP distribuídas pelo município de Sintra (em particular na zona urbana) e não concordamos com a substituição do Estado Central. Todavia, somos sensíveis ao facto de se facilitarem as deslocações a pessoas numa situação desfavorecida, pelo que nesta situação de urgência não nos opomos à renovação do protocolo.

DECLARAÇÃO DE VOTO PONTO 7

Votamos contra porque não vemos benefícios para os fregueses com este dispêndio de dinheiros públicos. Não se entende como foi escolhida esta associação para gerir um pretenso serviço adquirido por entidades públicas. Não temos elementos relativos à maneira como opera e aos vínculos dos seus trabalhadores. Para além disso, existem outras entidades públicas a exercerem serviços de assistência às autarquias locais.